

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES



Fernando Frazão/Agência Brasil

PL 1791 permite o reaproveitamento dos empregados

Senado aprova realocação de trabalhadores da Eletrobras

O Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 1.791/2019 que trata do aproveitamento dos empregados de empresas públicas do setor elétrico que foram privatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND). O texto, que segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi apresentado no âmbito do processo de privatização da Eletrobras, concluído em 2022.

Evitar dispensa

O relator do projeto, senador Sérgio Petecão (PSD-AC) disse que a proposta visa evitar a dispensa de trabalhadores, com "inegável impacto" na realidade econômica das regiões de atuação dessas empresas. O senador apontou que uma das medidas mais frequentes após a

Geraldo Magela/Agência Senado



Ministro Zanin deve apresentar seu voto na sexta

Piso nacional dos professores da educação básica na pauta

O Supremo Tribunal Federal (STF) começa a votar um recurso extraordinário sobre a adoção do piso nacional dos professores da educação básica, estabelecido pela Lei nº 11.738, de julho de 2008. O Tema 1218 é relatado pelo ministro Cristiano Zanin, que deverá apresentar seu voto na sexta. Os demais ministros terão até o dia 19 para seguir

ou não o parecer.

Na prática, a ação estabelecerá se o piso corresponde ao vencimento do professor recém-ingresso ou a sua remuneração global. Na lei de 2008, o artigo 2º prevê que o piso seria de R\$ 950. Hoje, o Piso Salarial Nacional do magistério público é de R\$ 4.867,77 para 40 horas semanais.

Novas regras

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou regras para a concessão do benefício de assistência suplementar à saúde aos servidores públicos. As normas, que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, foram publicadas na Instrução Normativa

(IN) de 21 de novembro, no Diário Oficial.

O governo deve enviar ao Congresso Nacional, nos próximos dias, um projeto de lei que prevê a reestruturação de carreiras federais. As mudanças atingem 200 mil servidores, entre ativos e aposentados, e terão impacto de R\$ 4,2 bi.

Antirracismo

A Prefeitura do Rio publicou decreto que institui a política antirracista na gestão de pessoas, com objetivo de institucionalizar e disseminar valores antirracistas, estabelecer metas e indicadores de equidade racial, além de fomentar ações de formação voltadas especialmente para

servidores em cargos de gestão.

O decreto, que entrou em vigor no último dia 19, também prevê a criação de um comitê de acolhimento ao servidores vítimas de racismo e discriminação,

com escuta qualificada, orientação e proteção contra retaliações.



Preço dos alimentos no topo das preocupações. Por isso, sindicato defende que seja mantido para aposentados

Por Martha Imenes

O Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), por meio da Diretoria Executiva Nacional (DEN) tem atuado em defesa da Sugestão Legislativa 11/2025, que estabelece a manutenção do auxílio-alimentação para servidores públicos aposentados e aposentadas. A proposta tramita atualmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, com relatoria do senador Cid Gomes (PSB-CE).

O senador deverá elaborar um parecer técnico sobre a SUG 11/2025. Caso o relatório seja favorável e aprovado pela CDH, ela passará a tramitar como Projeto de Lei (PL), podendo ser apreciado posteriormente em comissões temáticas e pelo Plenário do Senado.

De acordo com o Sindireceita as discussões sobre a proposta serão acompanhadas de perto e serão usados todos os meios necessários de trabalho parlamentar visando a aprovação desta importante matéria legislativa. "A manutenção do auxílio-alimentação aos servidores públicos aposentados e aposentadas é uma questão de justiça, dignidade e respeito a todos e todas que dedicaram suas vidas à prestação de servi-

ços públicos essenciais à sociedade e ao Brasil", informou o sindicato.

Reunião com deputado

O Sindireceita esteve reunido com o deputado federal André Figueiredo (PDT-CE) na Câmara dos Deputados, em Brasília. O encontro teve como pauta a análise das novas propostas sobre a reforma administrativa, recentemente apresentadas na Câmara, e a urgência de defender os direitos dos servidores.

A reunião foi promovida

pelo Sindicato dos Servidores

do Poder Legislativo Federal

e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) e contou

com a presença de representantes do serviço público.

O deputado André Figueiredo

é vice-líder da Maioria na

Câmara, coordenador da Frente

Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público e presidente da Frente Servir Brasil. O parlamentar também integrou o Grupo de Trabalho (GT) sobre a reforma administrativa.

Durante a reunião, o Sindireceita apresentou críticas às propostas de reforma administrativa e destacou, sobretudo, os riscos contidos na PEC. De acordo com o sindicato, embora o Grupo de Trabalho tenha afirmado que a PEC não englobaria aspecto fiscal, a proposta traz mudanças significativas na estrutura fiscal dos estados e municípios - entes que não foram convidados a discutir o tema.

Outro aspecto diz respeito ao tratamento conferido pela reforma administrativa aos servidores. Segundo o sindicato, a proposta não considera as con-

tribuições positivas que o funcionalismo gera em benefício da sociedade e do país. Durante a reunião, o Sindireceita também propôs o estabelecimento de um fórum de discussão composto por entidades de representação de todas as esferas dos entes federados e com as Administrações, visando debater a reforma.

Ao final da reunião, as entidades estabeleceram três prioridades: análise minuciosa das propostas de Reforma Administrativa e levantamento de disposições específicas que merecem atenção; diálogo junto ao presidente da Câmara, deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB) para que seja instalada uma Comissão Especial dedicada a debater a PEC da reforma administrativa; e reunião com a ministra Esther Dweck (MGI), para discutir o assunto.

Fenasps entra na Justiça para manter pais no plano da Geap

Por Martha Imenes

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), em conjunto com sindicatos federados, entrou com Ação Civil Pública para impedir que a Geap Autogestão em Saúde exclua pais, mães, padrastros e madrastas da cobertura dos planos, prática que vinha sendo denunciada pela categoria. A ação foi distribuída para a 18ª Vara Federal Cível da SJDF, com pedido de urgência.

A iniciativa ocorre diante de tentativas da Geap de alterar regras, restringir dependentes e descumprir o acordo judicial firmado com a federação, que garantiu direitos históricos dos servidores. A Fenasps já havia alertado em diversas publicações que a autogestão vinha promovendo reajustes abusivos, "equalização" sem transparência e desrespeito à decisão judicial que assegurou, entre outros pontos, a manutenção de genitores como dependentes.

No processo, a federação cobra

• manutenção imediata dos pais e mães no plano, conforme o regulamento vigente;



Viviane Peres (Fenasps) diz que não teve negociação

• respeito ao acordo judicial homologado, inclusive quanto aos valores de custeio;

• suspensão dos aumentos irregulares identificados pela base;

• apresentação dos documentos técnicos que fundamentaram reajustes acima dos 8,90% autorizados pela própria Geap.

Para a federação, a tentativa de exclusão de dependentes compõe um movimento mais amplo de desmonte da autogestão, penalizando servidores, aposentados e pensionistas que há décadas sustentam e mantêm a Geap.

Pacote de reestruturação

Em audiência no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com a participação da Fenasps. O governo apresentou, sem negociação efetiva com as entidades representativas dos trabalhadores, um pacote de "reestruturação" que reorganiza carreiras, altera vínculos e concentra poder no ministério. Segundo a Fenasps, sob o discurso de "modernização", o que se desenha é uma reforma administrativa silenciosa, que avança justamente onde o governo dizia que não avançaria: na fragilização das carreiras, na exclusão dos aposentados e no desmonte do serviço público.

A apresentação revela um projeto que, segundo a Fenasps, envolve alterações em planos de cargos, criação de gratificações temporárias, supressão de carreiras, extinção de postos vagos, "racionalização" forçada e enquadramento compulsório de servidores em uma carreira transversal. Atingindo diretamente os trabalhadores da Previdência, Saúde e Trabalho, áreas já castigadas pelo subfinanciamento, não realização de concursos e pelo adoecimento dos servidores.